

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2014
(Do Senhor Renato Simões)

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, e no art. 24, inciso VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário, seja convidado a comparecer a esta Comissão o Sr. ROBSON MARINHO, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP), a fim de prestar esclarecimentos sobre denúncias de formação de cartel e corrupção referente à aquisição, reforma e manutenção de trens da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

JUSTIFICAÇÃO

Tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) o Inquérito nº 3815/2013, que investiga a formação de cartel entre fornecedores do Metrô e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) durante os governos Mário Covas, José Serra e Geraldo Alckmin, todos do PSDB, em São Paulo.

O Inquérito 3815 do STF teve início em investigações da Polícia Federal, dos Ministérios Públicos Federal e Estadual e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Esses órgãos investigam a formação de um cartel em concorrências para obras, serviços e compras de equipamentos de trens urbanos e metrô a partir de 1995, com recebimento de propina por parte de agentes públicos.

A apuração no Brasil começou em maio de 2008, após as multinacionais se tornarem alvo no exterior de uma série de acusações de formação de cartel. O foco inicial da investigação foi a empresa francesa Alstom e seus respectivos contratos nos setores de energia e metroferroviários nos governos tucanos paulistas.

Também em 2008, o ex-diretor da alemã Siemens, Everton Rheinheimer, enviou uma carta anônima ao ombudsman da empresa, apontando ilegalidades em contratos de São Paulo e do Distrito Federal. Seis meses depois, em dezembro, o Ministério Público Estadual passou a investigar quatro contratos entre a Siemens e o governo paulista.

Em maio de 2013, a Siemens fechou acordo de leniência – espécie de delação premiada – com o Cade. Ao órgão federal que fiscaliza a concorrência empresarial, a empresa admitiu a existência do cartel, mas não falou em pagamento de propina.

No fim de novembro de 2013, reportagem do jornal "O Estado de S. Paulo" mostrou que o ex-diretor da Siemens Everton Rheinheimer declarou ter “documentos que provam a existência de um forte esquema de corrupção no estado de São Paulo” durante os governos tucanos. No texto, o ex-funcionário disse que o arranjo “tinha como objetivo principal o abastecimento do caixa 2 do PSDB e do DEM”.

Grande parte das ações investigadas aconteceu na gestão do então governador do Estado de São Paulo (2007-2010). Alguns colaboradores diretos do então governador, tais como José Luiz Portela (Secretário de Transporte Metropolitano), Sérgio Henrique Passo Avelleda (Presidente da CPTM) e José Jorge Fagali (Presidente do Metrô) foram denunciados pelos Ministérios Públicos Federal ou Estadual. Segundo o jornal Folha de S. Paulo (09/08/20130), o nome do ex-governador é diretamente citado em um email enviado em 28 de março de 2008 por Nelson Marchetti, funcionário da Siemens, para outros colegas da empresa. Diz a mensagem: “Gostaria de confirmar que conversei com o senhor Serra (Governador do Estado de São Paulo) e com o senhor Portella (Secretário de Transportes Metropolitanos de São Paulo), em Amsterdã, na semana passada, quando o senhor Serra confirmou que se a proposta da CAF não tiver condições de ser qualificada a concorrência será cancelada.”

Em janeiro de 2014, o Ministério Público Federal denunciou doze investigados por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro relativos a um aditivo de contrato firmado em 1998 pela Alstom com uma companhia de energia do governo paulista. Entre os denunciados estão dois ex-diretores de estatais paulistas. Trata-se da primeira acusação criminal do cartel. Menos de um mês depois, a Justiça Federal decidiu acatar a acusação contra 11 acusados suspeitos de pagamentos de propina e autorizou a abertura de inquérito para investigar a atuação do atual vereador Andrea Matarazzo (PSDB), secretário de Energia à época.

Em 25 de março de 2014, o Ministério Público de São Paulo (MP-SP) encaminhou denúncia à Justiça Estadual contra 30 executivos acusados de envolvimento em formação de cartel e fraudes em 11 contratos de licitações do governo paulista. As irregularidades foram verificadas em contratos de 12 empresas, firmados em cinco projetos do Metrô e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

Reportagem da Agência Brasil, de 25/03/2014, informa que, segundo o promotor de Justiça Marcelo Mendroni, do Grupo de Atuação Especial de Combate aos Delitos Econômicos (Gedec), as fraudes teriam ocorrido a partir de 1998. Os prejuízos aos cofres públicos são avaliados em R\$ 834,8 milhões. Há recursos da União nas obras da CPTM e do Metrô de São Paulo.

Sala das Reuniões,

maio de 2014.

Deputado Renato Simões

PT/SP